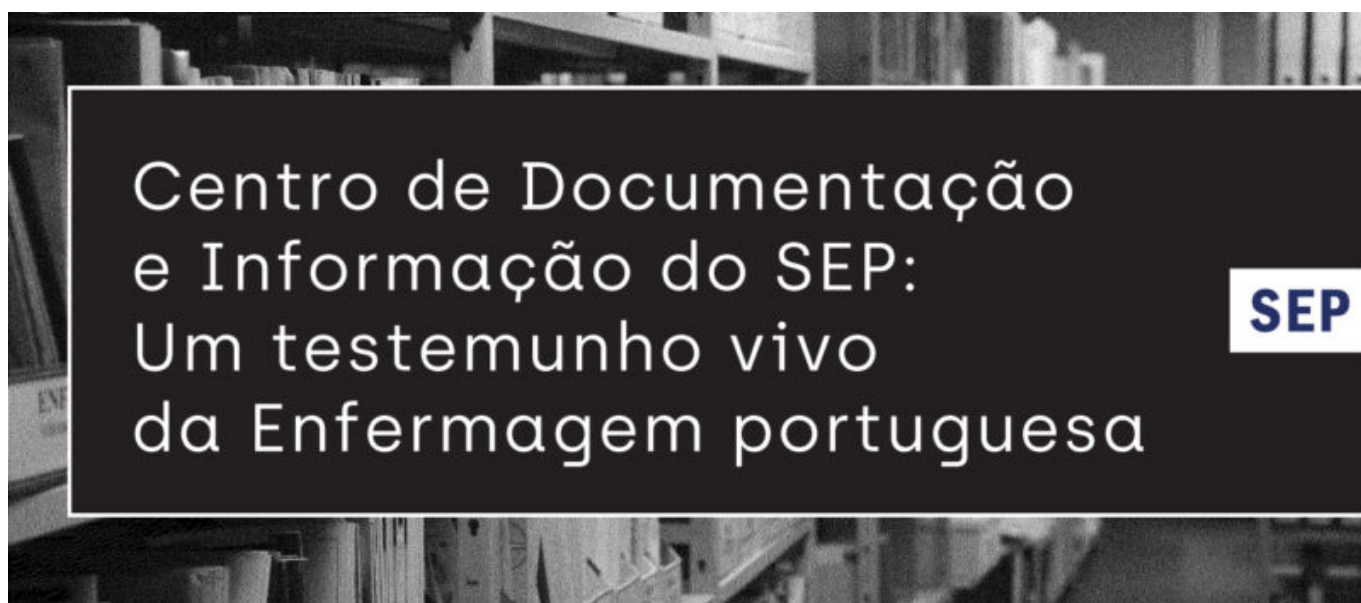


CDI: Um testemunho vivo da Enfermagem portuguesa

9 Julho, 2024



Rubrica SEP Em Foco da edição n.º 12

4 da revista *Enfermagem em Foco*

, com entrevista a Fátima Santos, documentalista responsável pelo CDI do SEP.

Numa edição dedicada à importância do 25 de Abril no passado, no presente e para o futuro, o SEP Em Foco só poderia ser dedicado a um olhar demorado sobre o Centro de Documentação e Informação (CDI) do SEP.

Instalado na sede do sindicato, em Lisboa, o CDI reúne em dois pisos um vasto arquivo com documentação que remonta à década de 30 e que ajuda a traçar o retrato não só sobre o sindicato, mas sobre a evolução da Enfermagem em Portugal – memórias revisitadas maioritariamente por estudantes de enfermagem e investigadores.

Em entrevista, a documentalista responsável pelo CDI, Fátima Santos, diz-se absolutamente convencida da importância de um local como este, em especial numa altura em que as liberdades individuais estão sob ameaça.

“Uma coisa que me assusta, porque é tão estranha para mim, é a desinformação, a questão de não conseguirmos saber o que é verdade e o que não é. Isso, que sempre foi importante, neste momento é fundamental. Sem isso, acho que se quebra quase tudo. Em locais como este, de conhecimento e de rigor, pode-se constatar que isto não é fantasia. O 25 de Abril foi uma Revolução, de facto. Há o que era antes do 25 de Abril e o que é depois, não é tudo igual, não são cenários de argumentos de filme. E estes sítios são talvez cada vez mais importantes porque

há aqui o registo, está aqui: pode ser estudado, pode ser verificado, pode ser comprovado, pode ser documentado”, defende.

Viagem por 300 metros de arquivo, traduzidos em 60 mil documentos entre livros, revistas, fotografias em papel e digitais e muitos outros.

Entrevista com Fátima Santos, documentalista responsável pelo CDI do SEP.

O que é o CDI?

O Centro de Documentação e Informação do SEP tem **duas componentes: uma de centro de documentação e outra de arquivo histórico**. Temos uma série de publicações periódicas que fomos recolhendo ao longo dos anos, desde que o CDI existe – faz agora 23 ou 24 anos. Começou a ser criado no final dos anos 90/início dos anos 2000, através de financiamento com fundos europeus. Com a criação da licenciatura em Enfermagem, mestrado, doutoramento, essa evolução toda da Enfermagem enquanto ciência, os enfermeiros passaram a precisar de mais informação, de fazer pesquisa, de fazer investigação, foi uma coisa que se verificou que estava a ser muito procurada. E então a ideia foi criar um centro de documentação que pudesse reunir informação especializada, tanto de produção nacional como internacional também – sempre teve na sua génese esta ideia de fazer convergências e parcerias, congressos, investigações.

Uma vez que os enfermeiros trabalham por turnos e, muitas vezes, têm pouca disponibilidade para poderem vir presencialmente, a ideia era termos um catálogo disponível online, onde os enfermeiros pudessem fazer uma pesquisa prévia ou solicitarem aos técnicos do CDI o apoio na pesquisa, e depois nós enviarmos, no caso de não poderem vir aqui – até porque o sindicato é de âmbito nacional. Além das publicações, que fomos recolhendo, temos também livros, das áreas da enfermagem, da saúde, de relações laborais, sindicalismo, política... no fundo, das áreas afins relacionadas com o trabalho que é desenvolvido no sindicato.

Qual é a metodologia aplicada na seleção dos conteúdos relevantes para o CDI?

Nesta fase em que estamos já não há muitas publicações periódicas, o mercado editorial já está muito estagnado e a maior parte das coisas já desapareceram ou só existem em formato digital, online. Por isso, estamos atentas ao que vai saindo no mercado editorial, e vamos adquirindo algumas coisas que vemos que possam fazer sentido para aquilo que nos é pedido, também, por quem nos procura. Além disso, seguimos o que vai sendo publicado no Repositório Científico e no Google Scholar, e vamos registando as referências mais relevantes.

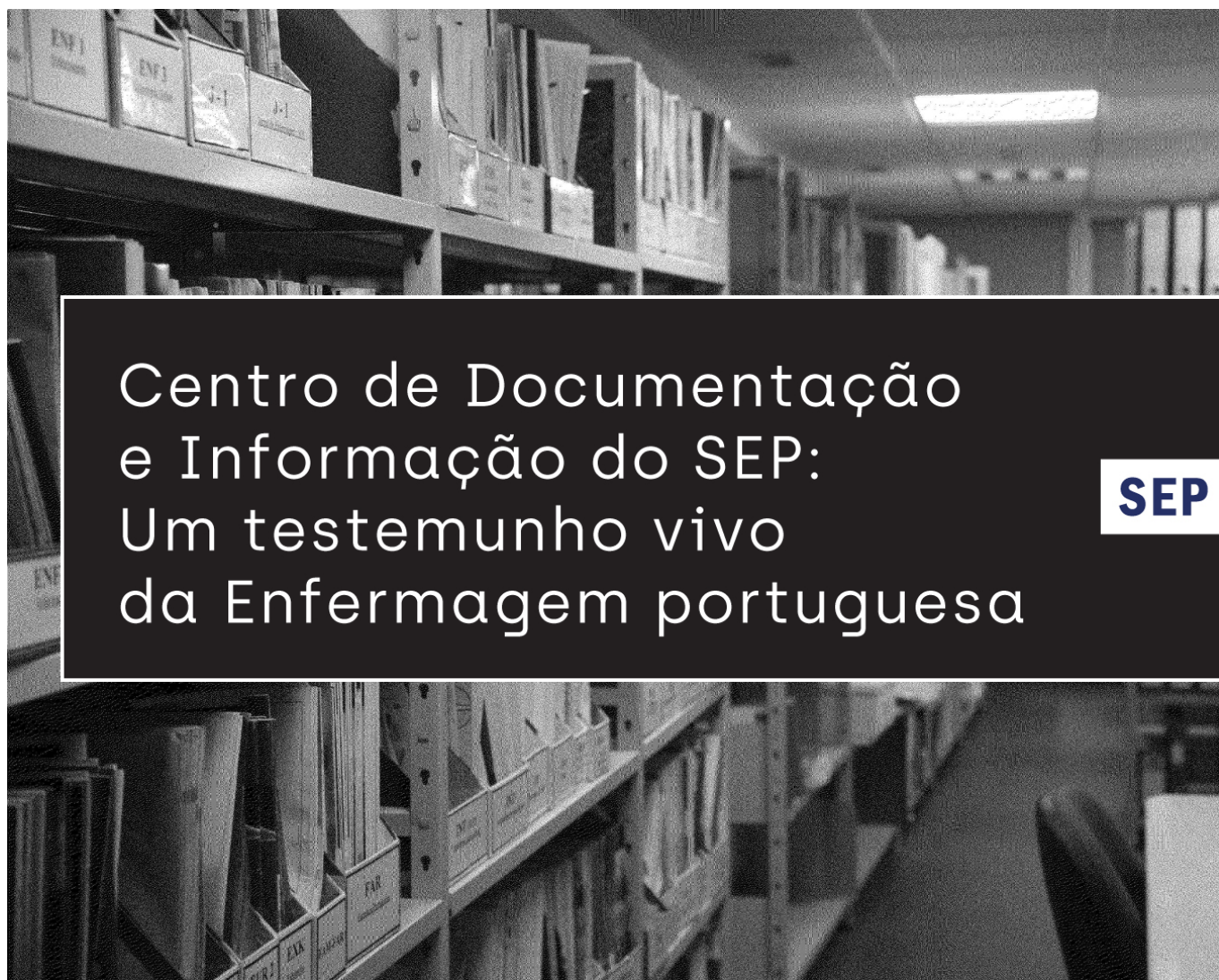
Quando chegou ao CDI?

Em 2003 ou 2004. Nessa altura havia uma técnica e uma documentalista, e a documentalista que estava aqui antes de mim saiu e recomendou-me. Tenho a pós-graduação em Ciências Documentais, e ela foi minha professora. Trabalhámos juntas no Centro Cultural Casapiano, da Casa Pia, que tem uma biblioteca e um arquivo, e depois ela veio para aqui. Quando se foi embora, eu estava a acabar um projeto na Academia de Ciências, e ela recomendou-me. Vim a uma entrevista e fiquei.

Até hoje. Como é que tem sido trabalhar aqui?

Até hoje, sim! [Risos]. Tem sido muito interessante trabalhar aqui porque, apesar de serem já 20 anos, o trabalho em si tem mudado muito. **No início, a maior componente de utilização, era para o Centro de Documentação, de facto. Era o apoio na pesquisa, era a consulta das publicações, dos artigos que iam saindo... e o nosso foco era nesse sentido. À medida que a Internet, o Google e as várias plataformas de pesquisa foram surgindo, tornou-se muito mais fácil esse tipo de documentação ser pesquisada pelos utilizadores em casa.** Ainda nos acontece aparecerem pedidos de algum tipo de pesquisa específica: alguém que esteja a fazer um trabalho na universidade, mais até ao nível da licenciatura, mas isso é cada vez menos.

O que temos sentido nos últimos dez anos, é que os pedidos são mais para o arquivo histórico, de facto, porque é mesmo específico – há documentação aqui que não se encontra em mais sítio nenhum. Por isso, o arquivo histórico tem estado a conhecer uma relevância muito maior. Uma coisa que também mudou aqui no CDI foi a nossa colaboração com o Departamento de Informação, que a partir de uma certa altura começou a ser mais próxima: os recursos do CDI começaram a ser usados para campanhas, eventos ou para a revista do sindicato.



E como descreveria o seu dia-a-dia aqui no CDI?

Neste momento, a maior parte do meu trabalho é a nível do tratamento documental do arquivo histórico. 90% do

meu trabalho é sobre isso. Depois, nesse aspeto, também é muito diversificado, porque diz respeito a diferentes processos que foram desenvolvidos ao longo da história do sindicato: lutas, ações sindicais, carreira, encontros, congressos, comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro. Além do material documental, temos também material fotográfico, e temos ainda o que existia no sindicato que precedeu o SEP, como a revista que o sindicato publicava nos anos 50.

Quão rico é o arquivo fotográfico?

O arquivo fotográfico pós 25 de Abril vai dos anos 70 até à atualidade, obviamente. Dos anos 70 temos poucas fotografias, porque para já, tecnologicamente, hoje é tão fácil tirar fotografias, mas na altura não, e as pessoas nem pensavam nisso, estavam a viver as coisas. Temos bastantes fotografias dos anos 80 e dos anos 90. E também temos material em vídeo – reportagens e entrevistas televisivas gravadas em VHS e entretanto convertidas em DVD -, e temos também cassetes de áudio.

Quão extenso é o arquivo do CDI?

Em termos mais técnicos, **o CDI mede cerca de 300 metros. Em termos de documentação, isso corresponde a uns 60 mil documentos.** Isto inclui livros, revistas, fotografias em papel e digitais, negativos, cartazes, documentação de arquivo, e também objetos digitais, principalmente documentação em formato eletrónico.

Se tivesse de seleccionar o conteúdo mais estranho ou invulgar que é possível encontrar aqui no arquivo, o que seria?

Não sei... mas, por exemplo, **algo que eu acho muito engraçado são os conteúdos mais antigos e como se fazia para arquivar. Este material, por exemplo, para uma manifestação: é tudo colado. Era colado, fotocopiado e distribuído.** Este em específico é dos anos 80 ou do início dos anos 90, porque fala aqui dos tarefeiros.

A minha licenciatura é em História, e **há aqui um lado muito humano – pensar na pessoa que esteve a recortar isto e a fazer. Há aqui uma identidade, e uma pessoalização também, que me sensibiliza. Acho que, se tivesse de escolher, seria este tipo de material. Enquanto que agora é tudo feito em computador, aqui não, vê mesmo o trabalho das pessoas, do coletivo. Isso é aquilo que admiro mais, o que me atrai mais. Não é tanto uma coisa pouco usual, mas é mesmo de quantas mãos é feita a história do sindicato, todas as pessoas que já passaram por aqui, o contributo que foram dando, e cada um vai fazendo um bocadinho, vai fazendo a sua parte, num movimento que é coletivo...** e isso para mim são coisas que me tocam muito a nível pessoal, da minha vida. É isto do movimento coletivo, que é feito por tantas pessoas, umas atrás das outras, e que nunca se desiste. E se umas vão caindo, ou vão saindo de cena, há sempre quem vai mantendo a luta e o que é preciso fazer. Isto para mim é assim... acho que tem que ver com o meu pensamento de História.

Numa época em que estamos tão dependentes de computadores e telemóveis, diria que arquivos deste género são cada vez mais importantes?

Sim, não sei se cada vez mais, mas que continuam a ser, sim. Não perdem nada a importância. Claro que é importante a acessibilidade – estes arquivos não são para estar aqui só guardados, há uma função nos arquivos, nos museus, enfim, enquanto património. E tem de ser acessível. A tecnologia é muito importante porque nos

ajuda a preservar e a tornar acessível, duas coisas que são fundamentais: a preservação porque este material vai-se deteriorando, por mais condições ambientais que se tentem assegurar, e se tiver a ser manuseado, quanto mais manuseado, mais essa deterioração se nota e é acelerada.

O facto de poderem ser digitalizadas é uma coisa que permite que sejam acessíveis, sem termos de estar a prejudicar essa conservação. Portanto, **a tecnologia é super importante, porque fica ao serviço – até porque a tecnologia é mesmo para isso, no meu entendimento, ficar ao serviço daquilo que é importante.** O que é que é importante aqui neste arquivo? É mesmo dar a conhecer, é conhecimento, é memória, não pode ficar aqui, se não não cumpre a função que tem, e a tecnologia é importantíssima a ajudar-nos nessa missão enquanto arquivo.

Em ano de comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, esta memória reivindicativa acaba por ganhar, possivelmente, uma importância especial, não é?

Sim, e penso que, de facto, estamos numa fase em que isso é ainda mais importante. Uma coisa que neste momento me assusta imenso – e eu não sou assim muito assustadiça, por natureza, sou mais otimista e acho que as coisas vão avançando, e continuo a acreditar nisso -, mas uma coisa que me assusta porque é tão estranha para mim, é a desinformação, a questão de não conseguirmos saber o que é verdade e o que não é. Isso, que sempre foi importante, neste momento é fundamental. Sem isso, acho que se quebra quase tudo.

Em locais como este, de conhecimento e de rigor, pode-se constatar que isto não é fantasia. O 25 de Abril foi uma Revolução, de facto. Há o que era antes do 25 de Abril e o que é depois, não é tudo igual, não são cenários de argumentos de filme. E estes sítios são talvez cada vez mais importantes porque há aqui o registo, está aqui: pode ser estudado, pode ser verificado, pode ser comprovado, pode ser documentado.



Recorda-se de algum momento em que essa importância tenha sido particularmente evidente?

Ainda agora surgiu aqui uma polémica sobre uma greve que se fez nos anos 70, e foi possível repor a veracidade do que tinha acontecido exatamente porque temos aqui essa greve toda documentada. Foi a greve de 1976, uma grande greve, e houve alguém que falou desta greve e disse algumas coisas que não correspondiam ao que de facto tinha acontecido. E então, vieram cá umas investigadoras e puderam documentar tudo, tudo aquilo de que se lembravam. Fizeram essa luta e essa greve, e tudo pôde ser comprovado. E eu acho que isso é cada vez mais importante. Neste momento em que estamos a viver, é fundamental. É fundamental.

A propósito desse episódio, embora não exista muito material fotográfico dos anos 70 aqui no arquivo, existe muito material documental, certo?

Sim. No 25 de Abril, a partir do momento em que pôde haver sindicatos livres e democráticos, criaram-se alguns sindicatos em Portugal. Um deles era o Sindicato da Região do Sul, dos Enfermeiros da Zona Sul – isso nos anos 70 -, e depois, nos anos 80, também agregou a região dos Açores. E havia também o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Norte, o da Zona Centro... O Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul ficou com o arquivo do Sindicato

Nacional dos Profissionais de Enfermagem, o sindicato corporativista do Estado Novo. Alguma documentação escrita, fotográfica, publicações... O Sindicato editava uma revista, que também temos aqui.

Depois, em 1988, quando o sindicato da Zona Sul e Açores passou a ser o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que mudou os estatutos e passou a ser um sindicato de âmbito nacional, e acabou por integrar o que era o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Sul e o Sindicato dos Enfermeiros da Zona Norte, também, e temos aqui os arquivos desses sindicatos. Portanto, nós agregamos aqui documentação variada de todos esses sindicatos. Temos documentação desde os anos 40.

Qual é a documentação mais antiga?

Talvez seja a bandeira das Parteiras, que é dos anos 30. Porque a primeira associação de classe foi a das parteiras, no final do século XIX. Depois em 1933 foi publicada legislação que permitia a essa associação passar a ser sindicato, e depois foi formalizado, em 1934, o Sindicato das Parteiras Portuguesas. Depois, esse sindicato foi integrado, nos anos 40, no Sindicato dos Profissionais de Enfermagem do Estado Novo. Portanto, o nosso sucessor mais antigo é o Sindicato das Parteiras Portuguesas. E, além da bandeira, temos alguma documentação também.

Tendo por base este arquivo tão extenso e o conhecimento que encerra, qual foi a importância que o 25 de Abril teve para a classe dos enfermeiros?

Toda. Na verdade, **não havia capacidade de desenvolvimento da Enfermagem, sem ser com o 25 de Abril, sem ser num regime livre e democrático. Uma série de conquistas que foram acontecendo na enfermagem fizeram com que a Enfermagem portuguesa continue a ser um exemplo a nível mundial, uma referência mundial de excelência na qualidade dos cuidados e na forma, até, como está organizada.** Uma das coisas, foi termos acabado com as duas categorias de Enfermagem que havia. Foi logo a primeira luta, haver uma única categoria de enfermeiros, só uma carreira. Sem o 25 de Abril, não se podia.

O que seria hoje a Enfermagem sem o 25 de Abril?

Acho que continuaria a ser uma profissão secundária, completamente dependente hierarquicamente dos médicos. Nunca se teria autonomizado, não teria havido o nível de desenvolvimento até científico, académico, que existe neste momento. A Enfermagem não é hierarquicamente inferior a nada, e isto teria sido impossível, teria continuado a ser subalterna, sem autonomia.

Não haveria o REPE, nem a Ordem, que são instrumentos conquistados, que fizeram com que a Enfermagem se desenvolvesse para além das questões de carreira e das condições de trabalho, que são obviamente fundamentais. Mas, a esse nível da regulação e dos instrumentos de autorregulação, não teria sido possível sem vivermos num regime democrático. Não havia como lutar, não havia sindicatos, sequer – havia de nome, mas não como os que nós concebemos, que são sindicatos livres. Portanto, sem o 25 de Abril, não haveria nada disto para a Enfermagem.

E, a um nível mais pessoal, no Estado Novo, as enfermeiras, como mulheres de outras classes profissionais, não podiam casar.

Sim. Essa proibição, que vinha dos anos 40, deixou de existir ainda nos anos 60. Era mesmo de Estado Novo,

muito conservador, era uma ideia da mulher muito castradora, como se as enfermeiras fossem freiras, quase. E como se uma mulher, estando casada, não pudesse ter uma profissão. Mas isso terminou nos anos 60, quando houve uma grande campanha contra isso. É uma campanha interessante, porque até era um bocadinho moralista. Foi feita principalmente por uma organização que era a Liga da Profilaxia Social, e havia aspetos da campanha no sentido de “é melhor a mulher estar casada, para não ter tentações”.

O que é que se conseguiu alcançar para a Enfermagem ainda nos anos 70?

Nos anos 70, aquilo que foi mesmo o principal foi esta questão da carreira única, de só haver uma categoria, porque havia uma grande diferenciação entre as enfermeiras que eram diplomadas, que tinham o ensino superior, e as auxiliares, que tinham uma escolaridade mais baixa. E então havia uma hierarquização muito acentuada entre estas duas, e houve até um sindicato da parte das enfermeiras diplomadas que era contra haver só uma categoria.

Quem prestava os cuidados, quem estava junto dos pacientes, eram os auxiliares de enfermagem. As enfermeiras diplomadas eram mais de administração – geriam, como se fossem Enfermeiras Diretoras. E era uma desproporção gigante em termos de número, havia muito mais auxiliares. Os auxiliares de enfermagem eram completamente discriminados, apesar de serem os principais prestadores de cuidados. Foi uma desigualdade que se conseguiu terminar com o 25 de Abril, e foi logo a primeira.

E houve muita resistência, na altura?

Não. Houve mesmo uma força brutal. Era uma onda gigante, intravável. E ficou identificada como a primeira luta. Os enfermeiros reuniram-se, penso que no Teatro Capitólio, logo a seguir ao 25 de Abril, com muita gente, e identificaram esta luta como a primeira. Já em 1973, ainda no Estado Novo, no primeiro Congresso de Enfermagem, tinham sido identificadas outras áreas que tinham de ser modificadas, como a integração do ensino da enfermagem no ensino superior nacional e a questão da criação de um regulamento de exercício profissional e de uma ordem.

E depois foram-se dando passos para se conseguir concretizar esses objetivos: primeiro terminar com a categoria dos auxiliares de enfermagem, depois a carreira única no início dos anos 80, depois a integração do ensino da Enfermagem no ensino superior nacional no final dos anos 80, e a criação do regulamento, da licenciatura e da ordem no final dos anos 90. São mesmo os anos dourados da Enfermagem.

[Centro de Documentação e Informação do SEP](#)